

O ENSINO SUPERIOR NO BRASIL SOB A LÓGICA DO MERCADO

Genilda Teixeira Pereira Amaral - UFPA

genilda@ufpa.br

INTRODUÇÃO

Este texto é decorrente de pesquisa bibliográfica, cujo objetivo geral foi analisar como se configura o ensino superior privado no Brasil, seu contexto atual e seus desdobramentos. Para a coleta de dados, utilizei o método de análise documental por meio do qual investiguei os documentos oficiais que me forneceram dados importantes para a concretização desta pesquisa, foram eles: leis, reformas educacionais, resoluções, planos, projetos e diretrizes governamentais que permitiram verificar as questões teóricas e práticas do ensino superior.

Os esforços atuais do governo relacionados à reforma universitária expressam o interesse geral pelo capital sobre a educação superior, através da concepção de que a educação é o fator decisivo para a inserção do Brasil na economia internacional, e de modo competitivo, a privatização dos serviços é a melhor forma de produzi-la. Nesse sentido, Rodrigues (2007, p.86) afirma que

O capital busca, através da transformação da educação em mercadoria, a mediação para a manutenção do seu interesse mais geral – a valorização do valor através da exploração do trabalho vivo.

A educação vista como mercadoria, é a forma de privatização do direito à educação, que é o alvo do empresariado do ensino, que está interessado na organização do setor como atividade comercial. Fortalecendo assim os pressupostos do neoliberalismo: desregulamentação estatal e a livre-ação das “forças do mercado”. Dessa forma, o setor educacional se converte em espaço

ampliado para a acumulação do capital. Uma vez que, isso tem acontecido nas últimas décadas por meio da reorganização do modelo de financiamento público destinado ao ensino superior.

Para Oliveira (2007), essa nova forma de gestão da educação brasileira se apresenta transvestida de descentralização financeira, flexibilidade administrativa, desregulamentação dos serviços, seguindo as tendências do desenvolvimento do atual Estado brasileiro. Por sua vez, as exigências mercadológicas são produtivistas e para tanto exigem critérios “eficientistas”.

Ora, na concepção neoliberal, a gestão concebida como gerencial, submete a educação em todos os níveis aos ditames da racionalidade técnica, fundada nos critérios da eficiência e competitividade que instrumentalizam a universidade a lógica do mercado. E em decorrência da ausência de recursos públicos que pudessem financiá-la, a universidade pública brasileira passou por esse forte processo de privatização, o que causou a deteriorização de salários, de equipamentos e de instalações. Como consequência, ocorreu o aumento da oferta de vagas em universidades particulares, conforme aponta Sguissard

No caso do Brasil, a multiplicação das instituições de ensino superior privadas, em especial com fins lucrativos, foi extraordinária nos anos recentes, elevando-se o número a cerca de 90% do total. As matrículas em instituições privadas já beiram os 80% com evidente potencial de crescimento (SGUISSARD, 2009, p. 163).

Este aumento foi reconhecido e incentivado pelo Ministério da Educação, uma vez que as atuais políticas de gestão aplicadas no interior das universidades nos permitem perceber fortes influências das teorias de administração moderna, sendo defendidas pelos teóricos neoliberais que assumem a responsabilidade pela modernização das últimas décadas, em meio ao processo de mercantilização da Educação Superior.

Para Groppo (2000), o mercado, em tempos neoliberais, é o principal regulador da vida em sociedade e determina as políticas educacionais que reconfiguram a organização das universidades, uma vez que está presente, por exemplo, nos princípios de gestão, ressaltando a substituição do político pelo gerencial; na avaliação, em que se reforça o produtivismo; e no financiamento das universidades, priorizando, principalmente as privatizações, dentre outras

possibilidades.

Além disso, os dados do Censo da Educação Superior¹ revelam o forte crescimento do ensino superior privado no Brasil, especialmente nos últimos anos, sendo resultado das facilidades ofertadas por meio do uso de recursos provenientes do Fundo Público para financiamentos, desonerações, aquisições de outras instituições e as concessões para abertura de novos cursos pelo Conselho Nacional de Educação.

As concessões vieram por meio da aprovação da Lei nº 10.172/2001 que possibilitou maior descentralização e autonomia às IES, cujo rompimento do tripé ensino, pesquisa e extensão favoreceram a abertura para que as Instituições juridicamente classificadas como particulares ofertassem educação superior apenas com o ensino. Além disso, houve uma redução de exigências para o credenciamento das novas IES, cobrando apenas três critérios: “[...] produção intelectual institucionalizada, um terço do corpo docente, pelos menos com título de mestre ou doutor e um terço do corpo docente em regime de tempo integral” (Art. 52).

Na atualidade, verificamos no Brasil, a “fusão” de dois grandes grupos educacionais do setor privado, a Kroton e Anhanguera que juntas agora são consideradas hoje em dia a maior empresa de educação do Mundo. A fusão desses grupos educacionais tornou-se atraente por conta dos lucros alcançados por estes conglomerados educacionais que aproveitaram os incentivos do Estado como a “ampliação do crédito educativo envolvendo recursos estaduais, ênfase no papel da educação à distância” e por conta do “estímulo à expansão de matrículas e diversificação institucional, naturalizam esse campo como serviço e, na maioria dos casos, restringem a educação superior à função de ensino” (DOURADO, 2002, p. 243, 244).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante desse cenário, é possível afirmar que a educação superior deixou

¹ Das 2.407 Instituições de Educação Superior (IES) brasileiras, 87,7% (2.111) são privadas e 12,3% são públicas (4,45% federais; 5,11% estaduais, e 2,744 % municipais). No geral, há mais instituições de ensino privadas do que públicas no Brasil. Em 2016, quase 3 milhões de alunos ingressaram em cursos superiores de graduação. Desse total, 82,3% ingressaram em instituições privadas (2,45 milhões) e 17,7% nas públicas.

de ser um bem público e se tornou um negócio lucrativo num mercado em dinâmica de expansão. Haja vista que “a educação é hoje considerada mais como um ingrediente indispensável para a concorrência econômica e menos como um direito social, e está se tornando cada vez mais um serviço” (AMARAL, 2009, p. 15).

Dessa forma, podemos afirmar que a expansão da educação superior privada no Brasil coloca a educação sob a lógica do mercado, reafirmando os dois projetos que andam em disputa no ensino médio no país: um visa oferecer uma educação mais humana, numa perspectiva integral com condições de oferecer ao aluno o suporte para reflexão sobre a sociedade e o seu papel dentro dela, o outro projeto sob forte influência dos setores empresariais preocupa-se com a formação do aluno voltado para o mercado de trabalho. Justamente porque a “história da dualidade educacional coincide com a história da luta de classes no capitalismo” (RAMOS, 2009, p.2).

REFERÊNCIAS

AMARAL, Alberto. **Avaliação e qualidade do ensino superior. As Muitas racionalidades da qualidade.** In: LEITE, Denise (Org.). Avaliação participativa e qualidade: os atores locais em foco. Tradução de Mircele Dornelles. Porto Alegre: Sulina; Editora Universitária Metodista IPA, 2009. p. 11-32.

BRASIL. **Lei nº10.172/2001, de 9 de janeiro de 2001.** Aprovou o PNE (Plano Nacional de Educação).

DOURADO, Luiz F. **Reforma do Estado e as políticas para a Educação Superior no Brasil nos anos 90.** Educ. Soc. Campinas. Vol.23 n.80, setembro/2002.

GROPPO, Luís Antonio. **AUTOGESTÃO, UNIVERSIDADE E MOVIMENTO ESTUDANTIL.** Campinas (SP): Autores Associados, 2006. (Coleção Educação Contemporânea).

RAMOS, Marise. **Concepção de Ensino Médio Integrado.** In. ARAUJO, R. M. L, PORTO, A. M. N de S & TEODORO, E. G. (Orgs.) O Ensino Médio Integrado no Pará como Política Pública. Belém: SEDUC, 2009.

RODRIGUES, José. **Os empresários e a educação superior.** Campinas, S.P: Autores Associados, 2007 – Coleção Polêmicas do nosso Tempo.

SGUISSARD, Valdemar. **Universidade pública estatal: entre o público e o privado/mercantil.** In: SGUISSARD, Valdemar. Universidade brasileira no Século XXI. São Paulo: Cortez, 2009.